



Valor – 08 Mai 2003

Governo quer controlar dívidas das elétricas

Leila Coimbra, De Brasília

O governo anunciou ontem medidas que aumentam o poder do Estado sobre o setor elétrico. Segundo a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o governo vai controlar o nível de endividamento das empresas de energia, inclusive as privadas. O objetivo é evitar situações como a da americana AES e sua controlada Eletropaulo, cuja dívida de aquisição da empresa supera hoje o valor dos ativos da distribuidora.

O modelo de intervenção estatal prevê ainda que a transmissão de energia permaneça nas mãos do Estado, com a imposição da participação majoritária das empresas estatais em todos os projetos de transmissão que serão licitados daqui em diante. Também está em discussão a extinção do Programa Nacional de Desestatização (PND), criado no governo Fernando Henrique Cardoso para realizar as privatizações.

A ministra disse que o teto de endividamento das empresas de energia deve ser de 60% do valor do seu patrimônio líquido, limite já sinalizado como o ideal hoje pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O problema, segundo Dilma, é que a agência não pode punir quem supera esse teto. Ela entende que a Aneel precisa ter instrumentos legais para agir de forma preventiva. "Práticas de endividamento que coloquem em risco as concessões não podem mais ser admitidas", afirmou. "A punição não pode ser a quebra das empresas, isso não interessa." Para estudar o assunto está sendo montado no Ministério de Minas e Energia um grupo que conta com a participação de técnicos da Aneel, do BNDES, do Tesouro Nacional e da Receita Federal.

O analista de energia do Unibanco, Sérgio Tamashiro, diz que a medida anunciada pela ministra só se viabilizará após um equacionamento financeiro das empresas. Do contrário, será como "um tiro no pé". Segundo ele, a maior parte das empresas já ultrapassa, e muito, o teto de 60%. A dívida líquida da Eletropaulo é 241% maior que seu patrimônio líquido, diz o analista. A Eletropaulo não quis se pronunciar.

Tamashiro disse que Tractebel e Light têm endividamento superior ao teto de 60%, sendo, respectivamente, de 95% e 189% em relação ao patrimônio líquido. Estatais como Celesc, Cemig e Copel têm um endividamento mais confortável. A da Celesc é de 41% em relação ao patrimônio líquido, a da Cemig 46% e da Copel 40%.

Claudio Sales, presidente da Câmara dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), entidade que agrega os 15 maiores investidores do setor elétrico, disse que as causas do endividamento das empresas são estruturais. "A desvalorização, o impacto dos custos não gerenciáveis como a energia de Itaipu e a retração do mercado foram as causas do aumento do endividamento. Ninguém fez dívidas porque quis", disse. Sales lembrou que, em dólar, o valor total das dívidas das distribuidoras caiu nos últimos dois anos. Foi de US\$ 5,9 bilhões em 2002 enquanto em 2001 foi de US\$ 7,8 bilhões.

A ministra disse que nos próximos leilões de concessão para linhas de transmissão haverá sempre a participação majoritária estatal nos consórcios que disputarão as linhas. "Quem detém o 'know how' da transmissão são as estatais", afirmou a ministra.

Dilma disse que, se um investidor privado ganhar a licitação de construção de um linhão de transmissão e não quiser parceria com as estatais, ele poderá ficar sozinho na operação, mas a gestão e controle da linha será feito em parceria com o Estado.



As estatais participarão dos novos leilões de transmissão mas não há dinheiro na Eletrobrás para a construção de Angra3, segundo Dilma. "É inviável para a Eletrobrás um investimento de US\$ 1,8 bilhão no momento", disse. O projeto total está orçado em US\$ 2,2 bilhões, mas US\$ 400 milhões em equipamentos já foram comprados. Ela entende que, por conta da sobra conjuntural de 7,5 mil megawatts (MW), a discussão sobre a construção ou não de uma nova planta nuclear pode ser adiada em pelo menos dois anos. A legislação brasileira permite apenas que o Estado seja o controlador de projetos nucleares.

Segundo a ministra, o governo Lula já sinalizou claramente que o processo de privatização do governo anterior não será retomado e que o PND, nos moldes em que se encontra, "poderá não vigorar mais". A ministra informou que as geradoras estatais Furnas, Chesf e Eletronorte, que o governo FHC queria privatizar, serão retiradas do PND.

Dilma disse que o atual governo não concorda com a filosofia da administração anterior de transferir para a iniciativa privada o controle das empresas estatais. Mas apóia a idéia de vender de forma pulverizada as ações de estatais que excedam o limite de controle por parte do governo. "Isso não deixa de ser uma desestatização", explicou a ministra. Para ela, a medida ajudará a fortalecer o mercado de capitais no Brasil. "É desestatizar sem privatizar".

Dilma disse ainda que, neste mês, encaminha decretos que determinam os novos valores mínimos do Mercado Atacadista de Energia (MAE). O piso, hoje de R\$ 4 o megawat hora (MWh), passará a ser equivalentes aos valores do despacho da energia de Itaipu. Segundo a ministra significará algo em torno de R\$ 19 o MWh, com a queda do dólar. (Colaborou Christiane Martinez, de São Paulo)